



Annie Ernaux e O Lugar: uma escrita entre memória, identidade e classe social

Annie Ernaux and The Place: a writing between memory, identity and social class

Annie Ernaux y The Place: una escritura entre la memoria, la identidad y la clase social

DOI: 10.55905/revconv.18n.7-150

Originals received: 6/10/2025

Acceptance for publication: 7/3/2025

Regina Lúcia Gonçalves Pereira Silvestrin

Doutoranda em Letras

Instituição: Universidade Estadual de Maringá

Endereço: Maringá – Paraná, Brasil

E-mail: silvestriniregina@gmail.com

RESUMO

A memória um papel central na construção da identidade individual e coletiva, atravessando disputas políticas e sociais. Le Goff (2003) analisa sua manipulação por instituições, enquanto Bosi (2003) destaca a resistência da memória individual, especialmente entre grupos marginalizados. Lejeune (2008) por sua vez define a autobiografia como um pacto de verdade, ainda que envolva reconstrução do passado. Em *O Lugar* (2021), Ernaux resgata a memória da classe trabalhadora, tornando sua escrita um ato político de resistência, contestando narrativas oficiais e reafirmando a memória como instrumento de identidade e transformação. A partir da intersecção entre as reflexões de Le Goff, Bosi e Lejeune, este estudo busca demonstrar como a escrita autobiográfica pode funcionar como um espaço de contestação, resgate e afirmação da memória, reafirmando seu papel fundamental na preservação das identidades e na construção de narrativas alternativas à história oficial.

Palavras-chave: lugar, memória, pacto autobiográfico, identidade individual, identidade coletiva, escrita autobiográfica.

ABSTRACT

Memory plays a central role in the construction of individual and collective identity, overcoming political and social disputes. Le Goff (2003) analyzes its manipulation by institutions, while Bosi (2003) highlights the resistance of individual memory, especially among marginalized groups. Lejeune (2008) in turn defines autobiography as a pact of truth, even if it involves reconstructing the past. In *The Place* (2021), Ernaux rescues the memory of the working class, making its writing a political act of resistance, contesting official narratives and reaffirming memory as an instrument of identity and transformation. Based on the intersection between the reflections of Le Goff, Bosi and Lejeune, this study seeks to demonstrate how autobiographical writing can



function as a space for contesting, rescuing and affirming memory, reaffirming its fundamental role in preserving identities and constructing alternative narratives to official history.

Keywords: place, memory, autobiographical pact, individual identity, collective identity, autobiographical writing.

RESUMEN

La memoria desempeña un papel central en la construcción de la identidad individual y colectiva, superando las disputas políticas y sociales. Le Goff (2003) analiza su manipulación por parte de las instituciones, mientras que Bosi (2003) destaca la resistencia de la memoria individual, especialmente entre los grupos marginados. Lejeune (2008), a su vez, define la autobiografía como un pacto de verdad, incluso si implica reconstruir el pasado. En *The Place* (2021), Ernaux rescata la memoria de la clase trabajadora, convirtiendo su escritura en un acto político de resistencia, cuestionando las narrativas oficiales y reafirmando la memoria como instrumento de identidad y transformación. A partir de la intersección entre las reflexiones de Le Goff, Bosi y Lejeune, este estudio busca demostrar cómo la escritura autobiográfica puede funcionar como un espacio para cuestionar, rescatar y afirmar la memoria, reafirmando su papel fundamental en la preservación de las identidades y la construcción de narrativas alternativas a la historia oficial.

Palabras clave: lugar, memoria, pacto autobiográfico, identidad individual, identidad colectiva, escritura autobiográfica.

1 INTRODUÇÃO

Annie Ernaux é uma das mais importantes escritoras contemporâneas da literatura francesa, destacando-se por sua abordagem singular da autobiografia e da memória. Sua produção literária se caracteriza pela fusão entre relato pessoal e análise sociológica, abordando questões como identidade, classe social, memória coletiva e os efeitos da mobilidade social sobre o indivíduo. Nascida em 1940, Ernaux construiu uma trajetória literária marcada pelo compromisso com a verdade e pela recusa a qualquer forma de idealização do passado, o que se reflete em seu conferiu um estilo narrativo despojado, objetivo e de grande impacto social. Sua escrita transcende o âmbito pessoal, ao transformar experiências pessoais em testemunhos sobre transformações históricas e culturais mais amplas.

Dentre suas obras mais emblemáticas, *O Lugar* (2021) ocupa um papel central em sua produção literária. Publicado originalmente em 1983, o livro reconstrói a trajetória de seu pai, um operário que ascendeu à condição de pequeno comerciante, ao mesmo tempo em que narra sua própria experiência de ascensão social ao ingressar na universidade e no meio intelectual.



Dessa forma a obra, vai além de um relato íntimo, mas uma reflexão crítica sobre as barreiras culturais impostas pela estratificação social, o distanciamento entre as classes e os dilemas identitários gerados pela mobilidade social.

Em *O Lugar*, Ernaux adota uma escrita sóbria, desprovida de sentimentalismo ou artifícios literários, reforçando sua intenção de narrar os fatos com rigor dos fatos. Essa escolha estilística, que se aproxima de uma linguagem quase documental, dialoga com o conceito de pacto autobiográfico formulado por Philippe Lejeune, ao estabelecer um compromisso com a fidelidade à experiência vivida e reforçar a autenticidade do relato. Ao mesmo tempo, a obra dialoga com as reflexões de Jacques Le Goff e Ecléa Bosi sobre a memória, evidenciando como determinadas experiências são marginalizadas nos registros históricos oficiais e como o ato de recordar pode se configurar como um gesto de resistência contra o esquecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PHILIPPE LEJEUNE E ANNIE ERNAUX: UMA INTERTEXTUALIDADE

Em *O Lugar*, Ernaux excede os limites da autobiografia tradicional, configurando como uma obra de grande relevância tanto para os estudos literários quanto para a reflexão sociológica acerca da memória, identidade e desigualdade social. A livro não apenas revela as contradições da mobilidade de classe, mas também revela o papel essencial da escrita autobiográfica como mecanismo de questionamento das hierarquias sociais e das formas de construção da memória coletiva.

Para compreender a escrita de Annie Ernaux em *O Lugar*, é primordial recorrer ao conceito de pacto autobiográfico, desenvolvido por Philippe Lejeune. Segundo o teórico, a autobiografia se distingue de outros gêneros narrativos pelo engajamento explícito do autor com a veracidade dos fatos narrados. Esse trato se fundamenta na identidade entre autor, narrador e protagonista, criando uma relação de confiança com o leitor, que assume a narrativa como um testemunho autêntico da vida do autor.

Escrevo bem devagar. Enquanto me esforço para reconstruir a trama de significados de uma vida, levando em conta acontecimentos e escolhas, tenho a sensação de que vou perdendo, na essência, a figura do meu pai.
(Ernaux, 2021 p.27)



Lejeune(2008) considera que, enquanto o romance autobiográfico permite ao escritor certa liberdade criativa, a autobiografia, propriamente dita, exige um compromisso ético com a verdade. Esse princípio é fundamental na escrita de Ernaux, que recusa qualquer forma de embelezamento estilístico ou dramatização subjetiva, optando por uma linguagem sóbria e direta. Seu intuito não é romantizar o passado, mas apresentá-lo da forma mais precisa possível, evidenciando tanto suas dificuldades quanto suas contradições.

Todavia, Lejeune(2008) enfatiza que a autobiografia não deve ser compreendida como um reflexo fiel da realidade, pois toda reconstrução do passado é, de certa medida, uma interpretação influenciada pela perspectiva do presente. Esse aspecto é fundamental para a análise de *O Lugar*, uma vez que Ernaux(2021), ao narrar a trajetória de seu pai e sua própria ascensão social, não apenas aponta eventos, mas também pondera sobre como essas mudanças afetam sua identidade. Dessa forma, a sua escrita vai além de simplesmente relatar uma experiência pessoal; ela converte suas vivências em um objeto de análise, desconstruindo as estruturas sociais que definem a posição de cada pessoa no mundo.

Depois, ao longo do verão, enquanto esperava meu primeiro cargo de professora, pensei: “um dia terei que explicar todas essas coisas”. Ou seja, terei que escrever sobre meu pai, sobre a vida dele e sobre essa distância entre nós dois, que teve início em minha adolescência. Uma distância de classe, mas bastante singular, que não pode ser nomeada. Como um amor que se quebrou. (Ernaux, 2021, pg.14)

O presente estudo propõe uma análise como Annie Ernaux, em *O Lugar*, se insere na tradição da autobiográfica conforme detalha Lejeune, ao mesmo tempo em que desafia algumas de suas convenções. Além disso, investiga-se o diálogo de sua obra com as concepções de memória de Le Goff e Bosi, enfatizando a autobiografia não apenas como um relato pessoal, mas também como um instrumento de resistência contra o apagamento histórico e social.

A escrita de Annie Ernaux estabelece uma relação profunda com o conceito de pacto autobiográfico delineado por Philippe Lejeune, pois desde as primeiras páginas do seu relato, a autora assume um compromisso rigoroso com a fidelidade aos fatos vivenciados. Diferentemente da ficção autobiográfica, que transita entre realidade e invenção, Ernaux adota uma abordagem quase documental, recusando artifícios narrativos que possam comprometer a precisão de sua experiência. Esse compromisso com a verdade não se reflete apenas no conteúdo de sua narrativa, mas também na escolha de um estilo marcado pela austeridade, simplicidade e exatidão. Sua escrita evita recursos poéticos elaborados, metáforas sofisticadas ou sentimentalismos que



poderiam alterar a percepção da realidade, reforçando sua intenção de apresentar os fatos de maneira crua e direta.

Essa perspectiva se alinha à distinção estabelecida por Lejeune entre autobiografia e romance autobiográfico. Segundo o teórico, a autobiografia se caracteriza pela identidade entre autor, narrador e protagonista, o que consolidando um pacto de veracidade com o leitor. Ernaux não apenas respeita essa tríplice identidade, mas também reforça a autenticidade de seu relato ao evitar quaisquer dramatizações excessivas ou uma subjetividade exacerbada. Em vez de construir uma narrativa emocionalmente envolvente, sua escrita se distingue pela economia verbal e pela precisão descritiva, permitindo que os fatos falem por si mesmos. Assim, sua obra não tem o propósito de seduzir o leitor com recursos estilísticos sofisticados, mas sim apresentar a realidade de forma despojada, mantendo sua integridade e evitando distorções que poderiam suavizar ou dramatizar a experiência vivida.

Naturalmente, não sinto alegria escrevendo este livro, com empenho em me manter o mais perto possível das palavras e das frases ouvidas, que vez ou outra coloco em itálico. Não busco, com tal recurso, indicar um duplo sentido ao leitor, oferecendo-lhe o prazer da cumplicidade. Recuso essa atitude em todas as suas formas: nostalgia, comoção, ironia. Uso os itálicos porque essas frases expressam os limites e dão o colorido ao mundo em que meu pai viveu e em que eu também vivi. Onde nunca se usavam palavras novas para substituir outras. (Ernaux 2021, p.28)

No entanto, Lejeune(2008) ressalta que a autobiografia nunca pode ser entendida como um espelho absoluto da realidade. O ato de rememorar e escrita sobre si mesmo implica, inevitavelmente, escolhas narrativas e reconfigurações subjetivas do passado. Mesmo em uma narrativa que busca a máxima objetividade, como a de Ernaux, a organização dos eventos, a seleção de momentos específicos e a maneira como são apresentados são filtradas por sua consciência retrospectiva. Ao revisitar para a trajetória de seu pai e para sua própria ascensão social, Ernaux (2021) reinterpreta as experiências vividas a partir de sua posição no presente, influenciada pelo distanciamento temporal em relação aos fatos narrados.

Essa relação entre memória e narrativa torna-se ainda mais evidente na maneira como Ernaux(2021) expõe a tensão entre sua origem social e sua identidade atual. Ao longo de sua obra, a autora reflete sobre as implicações da mobilidade social não apenas em sua trajetória individual, mas também em sua relação com sua família e com a linguagem. A mudança de classe gera um sentimento de deslocamento e ruptura: por um lado, sua inserção no meio acadêmico exige adoção de códigos culturais e discursivos distintos daqueles de sua infância; por outro, a



tentativa de preservar sua identidade anterior gera um dilema de pertencimento. Essa tensão se manifesta especialmente no uso da linguagem—ao empregar um vocabulário mais elaborado, sente-se afastada das origens; ao tentar manter a oralidade simples de sua infância, percebe que já não se encaixa plenamente àquele universo.

Esse conflito ilustra a ideia de que a autobiografia não se limita a um relato factual, mas também como um processo de reconstrução da identidade. Ernaux(2021) não apenas registra sua trajetória, mas reflete sobre as transformações, perdas ou ressignificações que ocorrem ao longo do tempo. Seu relato evidencia que a escrita autobiográfica não é um mero exercício de recuperação do passado, mas um meio de atribuir sentido às mudanças que moldam a subjetividade do autor. Dessa forma narrar sua vida torna-se, para Ernaux, um espaço de mediação entre a fidelidade ao vivido e a necessidade de interpretar sua própria trajetória à luz das experiências acumuladas.

Assim, O Lugar exemplifica, na prática, as reflexões de Lejeune(2008) sobre o pacto autobiográfico e as implicações da memória na construção do relato de si. Ernaux(2021) reafirma seu compromisso com a verdade, evitando qualquer concessão à ficcionalização, mas, ao mesmo tempo, demonstra que toda autobiografia é, em última instância, uma reinterpretação do passado. Sua escrita, portanto, não apenas confirma a relevância do pacto autobiográfico na relação entre autor e leitor, mas também revela nuances da memória como um espaço de tensão entre o registro fiel dos fatos e a inevitável influência do presente sobre a narrativa do eu.

Philippe Lejeune(2008) enfatiza o caráter paradoxal da autobiografia: ao mesmo tempo em que registra a memória, também a transforma. Esse fenômeno ocorre porque a escrita sobre o passado não é uma simples transcrição de fatos, mas um processo de reconstrução, no qual as lembranças são organizadas e ressignificadas a partir do ponto de vista do presente. Assim, a autobiografia não apenas fixa determinados acontecimentos na memória, mas também os lhes confere um novo significado dentro de uma narrativa estruturada.

Essa dinâmica se manifesta de forma evidente na obra de Annie Ernaux, especialmente em O Lugar, onde sua escrita não se restringe à preservação da memória de seu pai, mas também atua como resgate contra o esquecimento. Ernaux(2021) reconhece que seu relato vai além de uma simples recordação de um ente querido; trata-se de um ato de resistência contra o apagamento de uma trajetória que, de outra forma, poderia permanecer invisível. Ao transformar



a história do pai em literatura, a autora não apenas recupera sua existência, mas também lhe atribui um novo significado dentro de um novo contexto social e histórico mais amplo.

Nesse contexto, sua autobiografia transcende a dimensão individual para se constituir como um testemunho da classe trabalhadora francesa. Ernaux(2021) não escreve apenas sobre a figura de seu pai, mas sobre toda uma geração de pequenos comerciantes e operários que, apesar de seu esforço, para ascender socialmente, não alcançaram plena integração nos círculos burgueses. Dessa forma, sua obra adquire um caráter coletivo, ao dar visibilidade a um grupo social frequentemente marginalizado nos registros históricos oficiais. Ao transformar essas vivências em literatura, Ernaux(2021) dá voz àquelas cujas experiências costumam ser excluídas da narrativa dominante, garantindo que sua memória seja preservada.

Esse aspecto da escrita autobiográfica dialoga diretamente com as reflexões de Lejeune(2008) sobre o papel da memória na construção da identidade e da história. O autor enfatiza que a autobiografia não se limita a preservar o passado, mas também questiona os silêncios da memória coletiva. Neste sentido, a escrita do eu pode atuar como uma forma de resistência, ao desafiar os discursos hegemônicos que determinam quais histórias são dignas de registro e quais são relegadas ao esquecimento.

A obra de Ernaux(2021) exemplifica essa dimensão política da autobiografia. Seu estilo seco e direto, desprovido de sentimentalismo ou floreios literários, reforça seu compromisso com a autenticidade e com a documentação de uma realidade que poderia ser negligenciada. Ao narrar a trajetória de seu pai de maneira quase documental, sem idealizações ou dramatizações, Ernaux(2021) reafirma sua intenção de registrar o modo de vida que, com o passar do tempo, tende a desaparecer.

Dessa maneira, O Lugar não se limita a um relato pessoal, mas desafia as formas pelas quais a memória social é construída e perpetuada. Ernaux(2021) evidencia que recordar é também um ato político e que a escrita autobiográfica pode funcionar como um instrumento de recuperação das vozes historicamente marginalizadas. Assim, sua obra confirma a tese de Lejeune(2008) de que a autobiografia não apenas registra a memória, mas a reinscreve no presente, ampliando possibilidades de reconhecimento da identidade e da história coletiva.

A intertextualidade entre O Pacto Autobiográfico, de Philippe Lejeune(2008), e O Lugar, de Annie Ernaux(2021), evidencia como a teoria da autobiografia se materializa em um exemplo literário. Ernaux(2021) adota um pacto autobiográfico rigoroso, pautado pelo compromisso com



a verdade e pela recusa à ficcionalização. No entanto, como Lejeune (2008) ressalta, toda autobiografia implica uma reconstrução subjetiva do passado, uma vez que a escrita do eu é inevitavelmente influenciada pela memória e pelo olhar retrospectivo.

Ao narrar a história de seu pai e sua própria transformação social, Ernaux(2021) exemplifica as tensões entre memória, identidade e escrita, demonstrando que a autobiografia não é se limita a relatar eventos passados, mas constitui um processo de significação da própria existência.

2.2 INTERTEXTUALIDADE ENTRE ECLEA BOSI, JACQUES LE GOFF E ANNIE ERNAUX

Jacques Le Goff (2006), em sua análise historiográfica, destaca que a memória coletiva é constantemente moldada e manipulada por instituições como o Estado, a Igreja e a escola. Essas entidades desempenham um papel central na definição do que deve ser lembrado e do que pode ser esquecido, estabelecendo narrativas dominantes que privilegiam determinados eventos e personagens em detrimento de outros. Esse processo seletivo não ocorre de maneira aleatória, mas responde a interesses políticos e ideológicos que visam consolidar determinadas identidades sociais e reforçar estruturas de poder. Assim, a história oficial não apenas registra o passado, mas também o edita, apagando ou distorcendo elementos que não se encaixam na perspectiva legitimadora dos grupos dominantes.

Essa concepção da memória como um campo de disputas encontra ressonância na obra de Ecléa Bosi, *O Tempo Vivo da Memória* (2003). Embora compartilhe da visão crítica de Le Goff (2006), enfatiza a resistência da memória individual e coletiva ao esquecimento institucionalizado. Para a autora, determinados grupos sociais—como idosos, operários e mulheres—preservam registros de suas experiências que não encontram espaço na memória oficial. Mesmo quando excluídas dos discursos hegemônicos, elas persistem no cotidiano, sendo transmitidas oralmente ou ressignificadas em práticas culturais, ainda que não sejam reconhecidas como parte do patrimônio legitimado. A autora argumenta que o esquecimento social não implica a extinção dessas lembranças, mas sim sua marginalização dentro da estrutura coletiva de memória.



Essa perspectiva conceito pode ser aplicado à escrita de Annie Ernaux em *O Lugar* (2021), na medida em que sua narrativa busca resgatar uma memória que, de outra forma, permaneceria invisível. Ernaux(2021) reconstrói a trajetória de seu pai, um operário que, posteriormente, tornou-se pequeno comerciante, evidenciando a exclusão da classe trabalhadora dos registros históricos e literários franceses. Sua escrita funciona, assim, como um ato de resistência contra o apagamento social, trazendo para o centro da narrativa a voz de um grupo que frequentemente silenciado na cultura oficial. Ernaux(2021) reconhece essa marginalização e explicita seu propósito de combatê-la, refletindo sobre a ausência de histórias como a de seu pai nos relatos históricos. Dessa forma, sua obra não apenas documenta uma experiência individual, mas também questiona as dinâmicas de poder que determinam quais memórias são legitimadas e quais são relegadas ao esquecimento.

No entanto, Ernaux(2021) não se limita a recuperar a memória de seu pai como um indivíduo isolado; ao narrar sua história, ela denuncia um fenômeno estrutural, evidenciando a exclusão sistemática da classe trabalhadora do processo de construção da memória coletiva. Sua escrita, portanto, ultrapassa a esfera pessoal e assume um caráter político e social, desafiando os silêncios e apagamentos que configuram a memória oficial.

Dessa forma, ao articular as perspectivas de Le Goff (2006) e Bosi (2003), *O Lugar* de Ernaux(2021) se estabelece como um exemplo da tensão entre memória e esquecimento, demonstrando como a autobiografia pode servir como uma ferramenta de resistência contra a invisibilização histórica. Seu relato não apenas reconstrói o passado de um indivíduo, mas questiona ativamente os mecanismos que determinam quem tem o direito de ser lembrado e quem é relegado ao esquecimento.

Jacques Le Goff (2006) argumenta que a memória não é apenas um meio de preservação do passado, mas também um processo seletivo que promove esquecimentos sejam eles voluntários ou impostos por dinâmicas sociais e políticas. Para o autor aquilo que uma sociedade escolhe esquecer é tão revelador quanto aquilo que decide lembrar, uma vez que os apagamentos refletem interesses específicos e reforçam estruturas de poder que moldam a identidade coletiva. Assim, o esquecimento não ocorre de forma acidental ou simplesmente decorrente da passagem do tempo, mas como um mecanismo ativo que influencia a forma como os indivíduos e grupos compreendem seu passado e se posicionam no presente.



Entretanto, esse processo de esquecimento não se restringe ao nível coletivo; ele também se manifesta no nível individual, especialmente em contextos de mudança social e deslocamento de classe. Annie Ernaux, em *O Lugar* (2021), reflete sobre essa dinâmica ao narrar sua trajetória de ascensão social, expondo como a adaptação a um novo meio exige transformações identitárias que, muitas vezes, implicam o distanciamento das origens. A autora percebe que sua mudança não se dá apenas em termos comportamentais, mas também por meio da linguagem: ao adotar um vocabulário mais sofisticado, sente-se afastada de sua família e de sua infância; ao tentar preservar a oralidade simples de sua origem operária, experimenta um sentimento de inadequação no meio intelectual. Esse conflito revela a tensão entre memória e identidade, pois a integração em um novo contexto social pode levar a um esquecimento parcial das referências anteriores, ainda que essas memórias não desapareçam completamente.

A análise desse fenômeno pode ser aprofundada a partir das reflexões de Ecléa Bosi (2003), que discute como os indivíduos, mesmo quando submetidos a processos de mudança e adaptação, mantêm vínculos afetivos com suas memórias. A autora sugere que, embora certas lembranças possam ser obscurecidas pelo novo contexto, elas continuam presentes, funcionando como uma ponte subjetiva entre o passado e o presente. Para Bosi (2003), a memória afetiva persiste, ainda que o indivíduo seja forçado a se moldar às exigências sociais de sua nova posição. Essa ideia ressoa na experiência de Ernaux (2021), que, mesmo ao se afastar das práticas culturais de sua infância, continua a se questionar sobre o significado desse afastamento elaborando sua identidade a partir da tensão entre pertencimento e deslocamento.

Assim, a obra de Ernaux exemplifica de maneira contundente a interseção entre as perspectivas de Le Goff (2006) e Bosi (2003). Enquanto Le Goff (2006) analisa o esquecimento como um fenômeno socialmente condicionado, que revela tanto quanto a memória aquilo que uma sociedade valoriza, Bosi (2003) enfatiza a permanência subjetiva das lembranças, mesmo diante das pressões do esquecimento imposto. Ernaux (2021), ao escrever sobre sua trajetória, não apenas resgata memórias individuais, mas também reflete sobre o impacto da mobilidade social na constituição da identidade. Sua escrita demonstra que o esquecimento não é absoluto; ele pode funcionar como um mecanismo de adaptação, mas as marcas do passado continuam a influenciar a percepção do presente, tornando-se, um elemento essencial na narrativa autobiográfica quanto na compreensão das transformações sociais. Esse conflito revela a complexa relação entre memória e identidade, pois a integração em um novo contexto social



pode levar a um esquecimento parcial das referências anteriores, ainda que essas memórias permaneçam latentes.

A partir das reflexões de Ecléa Bosi(2003), Philippe Lejeune(2008), Jacques Le Goff (2006) e Annie Ernaux(2021), torna-se evidente que a memória não é um registro neutro do passado, mas um fenômeno dinâmico e disputado, permeado por relações de poder, subjetividades e reconstruções narrativas. Tanto no âmbito coletivo quanto no individual, a memória configura-se como um campo de tensões entre aquilo que é lembrado e o que é silenciado, entre a história oficial e os relatos marginais, entre a necessidade de adaptação ao presente e a preservação das identidades construídas ao longo do tempo.

Le Goff (2006) demonstra como a memória é constantemente manipulada por instituições como o Estado, a Igreja e a escola, que selecionam os eventos dignos de registro e apagam aqueles que não se encaixam na narrativa dominante. Seu olhar historiográfico aponta a importância da história como um contraponto crítico a esse processo, possibilitando a recuperação de vozes marginalizadas e o questionamento das versões hegemônicas do passado. Bosi (2003) complementa essa análise ao destacar no demonstrar que, apesar das tentativas institucionais de apagamento, a memória persiste nas experiências individuais, sobretudo entre grupos socialmente excluídos, como idosos e operários. Seu estudo evidencia que recordar é, em si, um ato de resistência, pois permite que histórias não oficializadas sejam preservadas e transmitidas.

Já Lejeune (2008) amplia essa discussão ao examinar o papel da autobiografia na fixação e transformação da memória. Para ele, a escrita autobiográfica não apenas registra o passado, mas também o reinterpreta, influenciando na construção da identidade do sujeito que narra sua própria vida. Assim, a autobiografia não é um reflexo exato da realidade, mas uma negociação entre lembrança e esquecimento, entre fidelidade aos fatos e a inevitável filtragem imposta pelo presente. Essa concepção se reflete de maneira exemplar na obra de Annie Ernaux (2021), cuja escrita é simultaneamente um testemunho pessoal e um documento social.

Em O Lugar, Ernaux (2021) resgata a história de seu pai e, por meio desse relato, evidencia a exclusão da classe trabalhadora dos registros históricos e literários. Sua narrativa, econômica e desprovida de embelezamento, reforça seu compromisso com a verdade e sua recusa em romantizar o passado. Seu texto exemplifica tanto as ideias de Bosi (2003), ao dar voz a um sujeito cuja memória poderia ser apagada, quanto as de Le Goff (2006), ao demonstrar que a



memória é um território de disputa e que seu resgate representa um ato político. Além disso, sua escrita se alinha à teoria de Lejeune (2008) sobre o pacto autobiográfico, pois estabelece uma relação de autenticidade com o leitor, ao mesmo tempo em que reconhece a impossibilidade de um relato absolutamente objetivo sobre o próprio passado.

Dessa forma, ao articular as contribuições de Bosi (2003), Le Goff (2006), Lejeune (2008) e Ernaux (2021), percebe-se que a memória não é um mero acervo de lembranças, mas um espaço de construção da identidade, de resistência ao esquecimento e de contestação das narrativas dominantes. A autobiografia, ao narrar a trajetória individual, pode se tornar um instrumento de luta contra o apagamento histórico, reafirmando que lembrar é, em última instância, um ato de poder e de afirmação da existência.

3 METODOLOGIA

A metodologia de um artigo delinea os procedimentos empregados para conduzir a pesquisa, incluindo o tipo de estudo, a seleção da amostra, os métodos de coleta e análise de dados, considerações éticas e limitações do estudo. Sua descrição detalhada e transparente é essencial para garantir a replicabilidade e a confiabilidade dos resultados, além de proporcionar uma base sólida para a interpretação e a generalização dos achados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da obra *O Lugar* (2021), de Annie Ernaux, à luz dos referenciais teóricos de Philippe Lejeune (2008), Jacques Le Goff (2006) e Ecléa Bosi (2003), evidenciou que a escrita autobiográfica pode atuar como instrumento de resistência, de resgate identitário e de denúncia das exclusões históricas promovidas pelos discursos hegemônicos.

Um dos principais resultados obtidos a partir da investigação é a constatação de que a escrita de Ernaux ultrapassa o âmbito do relato pessoal e se configura como um gesto político. Ao narrar a trajetória de seu pai – operário que ascende à condição de pequeno comerciante –, a autora não apenas resgata uma memória afetiva, mas desafia a lógica excludente da história oficial, que privilegia grandes feitos e figuras dominantes, em detrimento das experiências da



classe trabalhadora. Nesse sentido, a obra se insere como contra-memória, na acepção de Le Goff (2006), ao iluminar vozes silenciadas e promover uma reconfiguração do passado.

A articulação entre memória e identidade mostrou-se central. O percurso narrativo evidencia a tensão entre as origens operárias da autora e sua inserção posterior no universo acadêmico e burguês, revelando o impacto da mobilidade social sobre a constituição do sujeito. A mudança de classe, como apontado por Bosi (2003), não implica apagamento completo da memória anterior, mas instaura um sentimento de deslocamento e ambivalência identitária. Ernaux, ao revisitar seu passado, revela as marcas de um pertencimento que não se consolida plenamente nem na origem nem no destino, compondo, assim, uma subjetividade entre lugares.

Ademais, a análise confirmou que a fidelidade ao pacto autobiográfico, conforme definido por Lejeune (2008), é uma das marcas estruturantes da narrativa de Ernaux. A autora adota uma linguagem sóbria, quase documental, recusando qualquer recurso que possa idealizar, dramatizar ou embelezar os fatos. Essa escolha estilística reforça seu compromisso com a verdade vivida e com a autenticidade de seu testemunho, sem ignorar, entretanto, o caráter interpretativo e reconstruído da memória. A autobiografia, portanto, não se apresenta como espelho do passado, mas como narrativa construída a partir do presente, reafirmando a tese de Lejeune de que lembrar é também reconfigurar.

Outro aspecto relevante observado foi a materialização, na obra, das tensões entre memória individual e memória coletiva. Ernaux resgata a história de um sujeito comum – seu pai – e, ao fazê-lo, confere visibilidade a um grupo social historicamente marginalizado. Tal gesto literário explicita a crítica de Le Goff (2006) à memória oficial, controlada por instituições e alicerçada em esquecimentos estratégicos. A autora, nesse ponto, transforma a experiência privada em símbolo de uma coletividade silenciada, ampliando o alcance político e social de sua escrita.

Por fim, a obra *O Lugar* ilustra, de modo exemplar, o potencial da autobiografia enquanto prática discursiva que tensiona os limites entre o individual e o coletivo, o subjetivo e o político, a memória e a história. Ao tornar pública uma experiência marcada pela classe, pela linguagem e pela distância afetiva, Ernaux contribui para a construção de narrativas alternativas, reafirmando que a memória é, sobretudo, um território de disputa e um campo de afirmação identitária.



5 CONCLUSÃO

A partir das reflexões desenvolvidas por Ecléa Bosi (2003), Philippe Lejeune (2008), Jacques Le Goff (2006) e Annie Ernaux (2021), torna-se evidente que a memória não pode ser compreendida como um simples repositório neutro de fatos passados. Pelo contrário, ela configura-se como um fenômeno intrinsecamente complexo, atravessado por disputas simbólicas, relações de poder e processos subjetivos de reconstrução narrativa. Tanto no âmbito coletivo quanto no individual, a memória opera como um território de tensões: entre o que é lembrado e o que se cala, entre as versões oficiais da História e os relatos subalternizados, entre a necessidade de adaptação ao presente e o imperativo de preservação das identidades forjadas ao longo do tempo.

Nesse contexto, Le Goff (2006) chama atenção para o papel das instituições — como o Estado, a Igreja e a Escola — na seleção e legitimação de determinadas lembranças, ao mesmo tempo em que relegam ao esquecimento aquelas que destoam da narrativa hegemônica. Sua abordagem historiográfica propõe a História como instância crítica e contraponto à manipulação institucional da memória, possibilitando o resgate de vozes silenciadas e a problematização dos discursos dominantes. Complementarmente, Bosi (2003) destaca a persistência da memória nos relatos de sujeitos socialmente marginalizados, como os idosos e os trabalhadores manuais. Para a autora, o ato de lembrar, nesses casos, constitui-se como uma forma de resistência simbólica frente aos mecanismos de apagamento cultural e histórico, permitindo que experiências não oficializadas sejam preservadas e transmitidas Inter geracionalmente.

Philippe Lejeune (2008), por sua vez, amplia esse debate ao analisar a função da escrita autobiográfica como espaço privilegiado para a construção e reconfiguração da memória individual. Em sua perspectiva, a autobiografia não apenas registra fatos, mas os reinscreve à luz do presente, operando uma mediação constante entre lembrança e esquecimento. O “pacto autobiográfico” proposto pelo autor evidencia essa ambivalência, ao mesmo tempo em que estabelece um compromisso de autenticidade com o leitor, reconhece os limites da objetividade na narrativa de si.

Essa concepção se manifesta de forma exemplar na obra de Annie Ernaux (2021), especialmente em *O Lugar*, em que a autora reconstrói a trajetória de seu pai, inserindo-a no contexto mais amplo da exclusão da classe trabalhadora dos registros oficiais da cultura e da



literatura. Com uma escrita contida, despojada de ornamentos e marcada por um rigor ético, Ernaux reafirma seu compromisso com a verdade vivida, recusando qualquer idealização do passado. Sua narrativa ecoa as formulações de Bosi (2003), ao dar visibilidade a uma memória potencialmente relegada ao esquecimento, e as de Le Goff (2006), ao revelar a memória como campo de disputa e seu resgate como gesto político. Ao mesmo tempo, sua obra dialoga diretamente com Lejeune (2008), ao tensionar os limites entre autobiografia e documento social, verdade subjetiva e construção literária.

Dessa forma, ao entrelaçar as contribuições desses autores, compreende-se que a memória deve ser concebida não como depósito passivo de lembranças, mas como espaço ativo de elaboração identitária, de resistência ao esquecimento e de enfrentamento às narrativas dominantes. A autobiografia, nesse sentido, assume um papel político fundamental: ao narrar a trajetória de um sujeito, afirma sua existência, reivindica seu lugar na História e transforma o ato de lembrar em um exercício de poder e afirmação.



REFERÊNCIAS

BOSI, Ecléia. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ERNAUX, Annie. **O lugar**; tradução de Marília Garcia. São Paulo: Fósforo, 2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**; tradução de Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas, SP; Editora da UNICAMP, 2003.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet**; organização: Jovita Maria Gerheim Noronha, Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2008.